A IDENTIDADE SOCIAL DO PROJOVEM TRABALHADOR:

uma análise da experiência do Programa no município de Maceió (2008-2011)¹

Mauriza Antonia da Silva Cabral²
Georgia Sobreira dos Santos Cêa³
Sandra Regina Paz da Silva⁴

RESUMO: O artigo apresenta análises sobre a identidade social do ProJovem Trabalhador no município de Maceió, em Alagoas, no período compreendido entre 2008 e 2011, com base em um estudo de caso. Objetiva-se compreender a identidade social do Programa, a partir da análise da ação das entidades executoras e de depoimentos de sujeitos jovens cursistas, professores/instrutores e coordenadores pedagógicos. O estudo evidenciou diferentes fundamentos e mecanismos do ProJovem Trabalhador voltados para atenuar riscos sociais e, ao mesmo tempo, capacitar jovens para o atendimento de exigências colocadas pelas mudanças no mundo do trabalho. Dessa forma, o estudo de caso afirmou a identidade social do ProJovem Trabalhador como uma política focal e compensatória, que serve para amenizar a pobreza e aliviar possíveis tensões conflituosas, acomodando e conformando um determinado projeto de formação profissional da juventude na contemporaneidade.

Palavras-chave: ProJovem Trabalhador – Educação Profissional – Juventude.

THE SOCIAL IDENTITY OF “PROJOVEM TRABALHADOR”: an analysis of the experience of the Program in Maceió (2008-

¹ Originalmente, este artigo havia sido elaborado para integrar o livro “*Trabalho, Juventude e Educação Profissional*”, o qual deveria ter sido publicado em 2016 com financiamento da FAPERJ, por meio de Apoio à Editoração Científica (APQ-3), Edital de 2015, mas não ocorreu devido ao fato de esta agência de fomento não ter honrado o contrato firmado e o repasse de recursos não ter ocorrido.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas, especialista em Gestão da Cidade e Bacharel em Psicologia. Atua como assessora técnico-pedagógica do Conselho Estadual de Educação de Alagoas. E-mail: maurizacabrl@hotmail.com

³ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atua como professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, onde integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE/UFAL/CNPq). E-mail: gecea@uol.com.br

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Atua como professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, onde integra o Grupo de Pesquisa Sociologia do Trabalho, Currículo e Formação Humana (GEPSTUFAL/UFAL /CNPq) e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE/UFAL /CNPq). E-mail: sandraregina.ufal@gmail.com

2011)

ABSTRACT: The article analyzes the social identity of “Projovem Trabalhador” in Maceió, Alagoas – Brazil, in the period between 2008 and 2011, based on a case study. The article aims to understand the social identity of the Program, based both on the analysis of the executive agencies’ action and the testimonies of young course members, teachers/instructors and pedagogical coordinators. The study evidenced the different foundations and mechanisms of “Projovem Trabalhador” aimed, on the one hand, to minimize social risks and, on the other hand, to empower young people to meet the world of work’s demands. It is concluded that the social identity of the “Projovem Trabalhador” is characterized by a focal and compensatory policy, which serves to relieve poverty and alleviate possible conflicting tensions, accommodating and conforming a specific project of youth vocational training in contemporary times.

Keywords: Projovem Trabalhador – Professional Education – Youth.

Introdução

O contexto de crise capitalista das últimas décadas provocou mudanças de diversas ordens, especialmente nos campos da política e da economia. O reordenamento da dinâmica capitalista para o enfrentamento da crise resultou, entre outros, na reestruturação dos processos de trabalho, com base no aumento da produtividade e da competitividade. Essa dinâmica se fez acompanhar do crescimento dos índices de desemprego e das condições precárias de trabalho, atingindo a população economicamente ativa no seu conjunto (ARRAIS NETO, 2001; FRIGOTTO, 2010; PIRES, 2007). O segmento juvenil é uma significativa parcela desse contingente, cuja problemática ganha amplitude mundial em função desse cenário (OIT, 2009) e, desde então, o debate a respeito da juventude apresentou maior visibilidade.

No âmbito político, a interpretação dominante de que a crise se originava na forma de ser dos Estados nacionais ensejou reformas nesta estrutura de comando político do capital (MÉSZÁROS, 2002) na direção da identificação do mercado – modelo de eficácia e eficiência – como dimensão social que deveria ser fortalecida e se tornar referência para o trato das questões públicas. A diretriz política neoliberal, então, torna-se hegemônica em um cenário marcado pelo fenômeno da globalização e o Estado nacional reorienta suas práticas, no sentido de garantir, de diferentes formas, que a força do mercado se sobreponha a qualquer outra força social, independentemente dos custos humanos que disso poderia resultar (LEHER, 1999).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que origina objeto deste texto, é compreendido como expressão desse contexto. Criado em 2005, o referido Programa integra a Política Nacional de Juventude, junto com outras medidas.

Surgidas no Brasil a partir de 1997, diferentes ações na esfera federal voltadas para o atendimento à juventude começam a ser implementadas sob a coordenação de órgãos

públicos das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo a participação de entidades da sociedade civil (SILVA; ANDRADE, 2009). Em conjunto, essas ações passaram a constituir a chamada Política Nacional da Juventude (PNJ), oficialmente definida em 2005⁵, a qual congrega diversas medidas governamentais que se constituem como intervenções públicas nas áreas de educação, saúde e emprego, tendo a juventude como público prioritário. No início dos anos 2000, havia cerca de 30 Programas e/ou projetos desse gênero (SPOSITO; CARRANO, 2003), envolvendo 17 ministérios brasileiros (NOVAES, 2006).

Na ocasião, a população juvenil brasileira era composta por cerca de 48 milhões de jovens, com idade entre 15 e 29 anos. Uma parcela, em especial – jovens com idade entre 15 e 24 anos –, era composta por 34,7 milhões de jovens, para os quais se dirigiam a maioria das ações. Segundo dados do período, essa era a parcela da juventude atingida pelos piores índices sociais, em diferentes áreas como: desemprego, evasão escolar, falta de formação e qualificação profissional, mortes por homicídios, envolvimento com drogas e criminalidade. Destes jovens, 3,9 milhões estavam desempregados ou ocupados no setor informal, 11 milhões estavam sem estudar e 4,3 milhões estavam vivendo em situação de vulnerabilidade (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009).

Como uma das medidas para fazer frente a esse quadro, o ProJovem, integrante da Política Nacional da Juventude, foi instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e é regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. O artigo 2º da referida lei esclarece que o Programa visa ao atendimento “[...] a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano”, sendo ofertado em quatro modalidades: a) ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, sob responsabilidade do MDS; b) ProJovem Urbano⁶; c) ProJovem Campo – Saberes da Terra, ambos sob responsabilidade do MEC; e d) ProJovem Trabalhador, sob o comando do MTE. (BRASIL, 2008a).

Dentre essas modalidades, o ProJovem Trabalhador é aquele que atinge a população da juventude considerada mais vulnerável: de 2008 a 2011, dos 484.482 jovens que participaram do Programa em todo o Brasil, 63,1% tinham idade entre 18 e 24 anos (BRASIL; DIEESE, 2011, p. 74 e 76, respectivamente).

Em função dessa característica, se buscou compreender a identidade social do ProJovem Trabalhador tendo como recorte empírico a experiência do Programa na cidade

⁵ A PNJ é coetânea ao Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), o qual foi “Criado pela lei 11.129/ 2005 e regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 5.490 de 14 de julho de 2005, [iniciando] suas atividades em 02 de agosto do mesmo ano” (NOVAES, 2006, p. 7).

⁶ O ProJovem Urbano era coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República e a partir de 2012 o Programa passou a ser gerido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (BRASIL, 2012).

de Maceió, no período compreendido entre 2008 e 2011. A problemática norteadora da análise indagou sobre a identidade forjada pelo referido Programa, tendo como base a ação de entidades executoras e depoimentos de sujeitos que concretizaram a experiência. Trata-se de um estudo de caso (ANDRÉ; 1984; FACHIN, 1973) baseado em pesquisa qualitativa, de caráter exploratório (GIL, 1999) e orientado pelo método dialético. Busca-se, desta feita, compreender as formas de estruturação e a organização do objeto a partir de categorias particulares resultantes daquilo que se revela do fenômeno – as categorias de conteúdo –, em articulação com a problemática e a finalidade da investigação (KUENZER, 1998). Os procedimentos metodológicos incluíram estudo documental e bibliográfico e realização de entrevistas com jovens cursistas, professores/instrutores e coordenadores pedagógicos de três entidades executoras⁷ do Projovem Trabalhador em Maceió.

Para a exposição da análise, o texto está organizado em tópicos que tratam das categorias de conteúdo que se mostraram mais significativas para a compreensão da identidade social do Projovem Trabalhador, considerando a realidade investigada. São elas: forma de execução, com destaque para a prática das parcerias; inserção profissional, tratada como uma problemática que extrapola os limites do Programa; e, por fim, qualificação profissional no Projovem Trabalhador, entendida como uma prática redutora da formação humana promovida. Em conjunto e em articulação, o trato dessas categorias pretende, em última instância, problematizar a formação dos trabalhadores atrelada aos ditames do mercado e colaborar com o desafio de pensar a educação que lhes interessa, na direção dos seus interesses de classe.

O Projovem Trabalhador como política pública “renovada”: o mercado como foco e as parcerias como estratégia de execução

A parceria público-privada desponta como categoria que indica a condição do Projovem Trabalhador de política pública “renovada”, nos termos indicados por Cêa (2003): pela especificidade de sua forma de execução, o Programa reforça o caráter gerencial do Estado brasileiro, caráter esse perseguido desde a reforma do aparelho do

⁷ No período investigado, 6 (seis) entidades executaram o Programa em Maceió. Destas, 3 (três) foram consideradas na pesquisa. Aqui indicadas como Entidade A, B e C, as mesmas atuaram em Maceió no período tratado e apresentaram características que ensejaram o recorte do estudo em questão: a Entidade A organizou o Projovem Trabalhador em Maceió, no ano de 2008, além de ter atuado como executora por duas vezes, em 2008 e 2010; as Entidades B e C foram aquelas que trabalharam com maior quantitativo de jovens no período. No total, foram entrevistadas 12 pessoas, sendo 6 (seis) jovens cursistas – dois de cada instituição executora; 3 professores/instrutores e 3 coordenadores pedagógicos, sendo um sujeito de cada entidade, respectivamente. Neste texto, as citações com falas dos entrevistados serão identificadas da seguinte maneira: JOVEM A1, JOVEM A2, JOVEM B3, JOVEM B4, JOVEM C5, JOVEM C6; PROF A, PROF B, PROF C; e COORD A, COORD B, COORD C. As letras indicam as suas entidades de origem. Quando citados, os depoimentos serão apresentados em itálico para se diferenciarem das citações de fontes bibliográficas.

Estado (BRASIL, 1997), e, ao mesmo tempo, aprofunda a condição da qualificação profissional como “[...] componente do campo dos negócios privados, sustentado pelo fundo público” (CÊA, 2003, p. 193).

Conforme estabelecido na Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008, a dinâmica de implementação intrínseca ao Projovem é a seguinte: a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) é a gestora e executora das transferências financeiras e supervisora do Programa, contando, para isso, com a colaboração das Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego (SRTE); os Estados, o Distrito Federal e os Municípios⁸ atuam como “Entes Parceiros”, por meio de assinatura de “Termo de Adesão” e de apresentação de “Plano de Implementação” do Programa⁹ (BRASIL, 2008). Embora os chamados “entes parceiros” tenham a responsabilidade de executar “com rigorosa observância” o plano de implementação, a execução efetiva do Projovem fica a cargo das pessoas jurídicas públicas e privadas contratadas, questão prevista na referida portaria.

Tomando-se o caso concreto investigado, foram identificadas 6 entidades executoras do Projovem Trabalhador em Maceió, entre 2008 e 2011: cinco delas são enquadradas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e uma é entidade de fins filantrópicos. Embora tais instâncias sejam comumente identificadas como organizações não governamentais (ONG), cuja atuação é uma alternativa ao Estado e ao mercado – próprias de uma suposta “terceira via” –, fato é que elas se situam na esfera privada, manifestando-se como agentes do mercado.

Esse esforço de atribuir ao mercado uma faceta social é típica do movimento denominado por Neves *et alli* (2005) de “neoliberalismo de terceira via”. Trata-se de uma das dimensões do projeto societário em curso em âmbito global, ao qual o país tem se filiado. Nesse quesito, o caso investigado explicita, com clareza, uma das formas deste projeto se materializar, visto que ajuda a entender

[...] a maneira pela qual uma determinada concepção de educação está sendo globalizada e gerida, e que, longe de ser um mecanismo para diminuir o liberalismo econômico, aparentemente as PPPEs permitiram seu rápido avanço, dado que o setor privado está agora profundamente enraizado no coração dos serviços públicos educacionais, em todos os níveis, desde a política e a pesquisa até a aprendizagem nas salas de aula (ROBERSTSON; VERGER, 2012, p. 1149).

De acordo com as visitas e com as entrevistas realizadas junto a professores/instrutores e coordenadores pedagógicos das entidades A, B e C, verificou-se que as mesmas foram, efetivamente, as “parceiras” que cumpriram com o previsto na

⁸ Municípios que tenham uma população superior a 20.000 (vinte mil) habitantes (BRASIL, 2008).

⁹ Submetidos eletronicamente por meio do Sistema de Informações do Projovem Trabalhador – (SinProjovem), ambos devem ser aprovados por equipes técnicas do MTE, desde que respeitadas algumas exigências formais (BRASIL, 2008).

Portaria nº 991/2008. Muito embora o termo de adesão assinado por instâncias do setor público atribuisse a estas todas as medidas atinentes ao Programa (BRASIL, 2008), foram as entidades do setor privado contratadas que tomaram as principais medidas para a execução do plano de implementação: intermediação de convênios e contratação de entidades executoras¹⁰; planejamento e oferta de cursos de qualificação; contratação e manutenção de equipe técnica; observância da frequência dos cursistas; inserção profissional dos jovens; elaboração de relatórios. Isso explica, em certa medida, o fato de o Projovem Trabalhador em Maceió ter tido três diferentes assinantes dos termos de adesão no período investigado: SRTE-Al, em 2008 e 2009; Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional (SETEQ), em 2010; e Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária (SEMTABES), em 2011. As entidades contratadas para a implementação do Projovem em Maceió, ao contrário, atuaram ao longo desse período, independente do assinante do termo de adesão.

A análise documental de materiais da SRTE-Al, da SETEQ e da SEMTABES e do conteúdo das entrevistas indicou que havia, claramente, uma determinada divisão de trabalho para a implementação do Projovem em Maceió: aos órgãos públicos cabia o fornecimento de dados ao MTE, com base nas informações prestadas pelas entidades contratadas, sem interferência nas dimensões pedagógica e operacional do Programa. Tal divisão esteve presente desde o início das articulações para a preparação do plano de implementação para submissão ao MTE, conforme um dos entrevistados: “Essa preparação foi em Brasília, onde o gestor [público] convocou os representantes de cada entidade para tirar as dúvidas e acompanhar como [seria] o desenvolvimento do Programa junto ao sistema de controle” (COORD C).

Em um dos anos de implementação do Projovem em Maceió, o ente público responsável sequer vistoriou os locais de execução do Programa, como informou um dos coordenadores, quando perguntado sobre o que considerava que poderia ser melhorado na experiência do Projovem:

Ele [o Projovem] também tem que ter uma força, um apoio do [poder público], que nós não tivemos. [...] não tivemos uma visita de um gestor [público] para olhar se havia gente na sala, se tinha gente lanchando, não houve. Então, nós ficamos na esperança de que isso seja levado a sério para que [o Programa] tenha continuidade (COORD C).

Outro tipo de parceria identificado no caso analisado resultou da própria ação das entidades contratadas, sem iniciativa ou participação dos entes públicos. Visando o estreitamento dos laços com o mercado de trabalho, de modo a facilitar o objetivo de

¹⁰ Atribuições desempenhadas pela Entidade A, que foi selecionada como Entidade Âncora para realizar a primeira versão do Projovem no município de Maceió, em 2008.

inserção dos jovens, tais entidades estabeleceram parcerias com outras do setor privado. Os depoimentos a seguir ilustram a situação:

[...] o único parceiro foi [uma empresa], que é uma casa de cosmético, [...] Eu, como professora fui atrás [...] para possibilitar outra formação. [...] para] que eles [os alunos] fossem ver a realidade do mercado que proporcionaria outros conhecimentos (PROF A).

Nós do curso de cabeleireiro, de serviços pessoais, por exemplo, fizemos algumas parcerias com algumas empresas de salão de beleza, daqui do município, onde conseguimos inserir. Na área de turismo, a mesma coisa repete-se. O [restaurante] foi um parceiro desde o começo, porque ele cedeu o espaço, a gente teve o espaço para dar as aulas e dali a gente inseriu tanto o pizzaiolo como garçom, como auxiliar de cozinha. A empresa [salão de cabeleireiro] contratou pessoas nossas da área de serviço pessoal, [...] também [outros dois restaurantes] (COORD B).

A gente teve como parceiro [um supermercado], que mesmo com o seu grau de complexidade de entrevista, ele absorveu uma boa parte [dos alunos do curso], foi um parceiro que nós conseguimos trazer para dentro da qualificação, onde ele montou a sua estrutura de entrevista, lá dentro [do curso]. [...] ao todo foram 6 parceiros (COORD C).

Esse tipo de relação – parceria da parceria – explicita a transferência da responsabilidade do Estado com a execução das políticas para o setor privado, seja para as chamadas organizações públicas não-estatais (BRASIL, 1997), seja para entes com fins lucrativos. Fica claro que esse tipo de transferência

[...] se dedica a deslegitimar o papel do aparelho de Estado na execução de suas políticas. Isso se expressa já na separação entre a formulação e a execução das políticas públicas, com a proposição da necessidade de haver separação entre as chamadas agências formuladoras de políticas públicas [...] e as denominadas agências executoras e reguladoras (MELO; FALLEIROS, 2005, p. 181).

A experiência do Projovem Trabalhador em Maceió colaborou para materializar o chamado “terceiro setor” do projeto de sociabilidade do neoliberalismo de terceira via, não obstante o fato de que três das seis entidades que desenvolveram o Programa apresentaram problemas em relação à aplicabilidade dos recursos, indicando que a fraude e a negociata, típicas do jogo do mercado, passam a integrar a gestão do fundo público. No caso investigado, isto significou a malversação de boa parte de mais de 14 milhões de reais¹¹ oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que foram destinados à execução do Projovem em Maceió, entre 2008 e 2011.

Entre o desemprego e a precarização do trabalho: a problemática (da) inserção profissional

¹¹ Valor estimado a partir de informações contidas nos relatórios de atividades do Programa em Maceió.

Em relação à inserção dos jovens qualificados no mercado de trabalho, a Portaria nº 991/2008, no inciso V do artigo 10, indica como uma das obrigações dos entes parceiros a seguinte: “promover as medidas necessárias para inserção no mundo do trabalho de, no mínimo, 30% dos jovens qualificados” (BRASIL, 2008), sendo previstas três modalidades de inserção, que devem ser documentadas e comprovadas: emprego formal; estágio ou Programa Jovem Aprendiz; formas alternativas geradoras de renda (BRASIL, 2008).

Mais do que uma cláusula contratual, a questão indica uma compreensão linear entre qualificação profissional e inserção produtiva dos jovens, fortalecendo o argumento de que a problemática do emprego é individual, ou seja, é o aspirante a um cargo no mercado de trabalho que deve reunir condições para tornar-se empregável. Tornada senso comum, tal compreensão foi identificada nas falas de alguns alunos entrevistados:

Tenho 30 anos. As pessoas foram anunciando que estava tendo curso no Lar São Domingos. Fui espontaneamente. [...] Porque assim, eu com 27 anos, já havia colocado currículos por todo canto, e não havia conseguido [emprego], então achei por bem me colocar a fazer um curso para eu me especializar [Alimentação]. Para o meu currículo, entendeu? (JOVEM B4).

Sim, [o curso] ajuda bastante pessoas que não sabem por onde começar, porque não têm condições financeiras, então não têm como dar o primeiro passo. Foi como aconteceu comigo, eu não sabia como dar o primeiro passo, devido a minha condição financeira, então o Projovem veio... (JOVEM A2).

No período de 2008 a 2011, as entidades executoras do Projovem Trabalhador em Maceió que foram consideradas neste estudo qualificaram 3.450 jovens e inseriram 1.098 deles; todas informaram o alcance da meta de inserção profissional, que ficou em cerca de 32% no total.

Apesar de as entidades executoras terem comprovado o cumprimento da meta de inserção profissional dos jovens por elas qualificados, foi significativo o descontentamento da maioria dos jovens que permaneceram sem ocupação, quase 70% deles. A esse respeito, alguns alunos entrevistados fizeram comentários; por exemplo:

[...] eu não consegui o emprego que eu queria, pois eu achava que ao terminar o curso eu iria conseguir um o emprego. Mas eu acho que menos de 10% daqueles jovens conseguiram um emprego (JOVEM C6).

Tinha curso para turismo, administração e de... Como é que chama? Curso de construção, só que eu escolhi para turismo. Eu pensava que iria à frente, iria a mais pelo turismo. Turismo, porque é algo que cresce muito, então eu pensava que iria crescer. E escolhi turismo, porque era para andar com os turistas, levá-los aos pontos mais bonitos. Assim, eu quis fazer para crescer mais. Não, consegui não (JOVEM C5).

Os trechos com depoimentos de expectativas e frustrações de alunos do Projovem Trabalhador entrevistados, expostos nesta parte do texto, indicam que, em geral, os jovens depositavam na política materializada no Programa a esperança de melhoria de sua

qualidade de vida, através da garantia de um emprego depois do curso. São expectativas e frustrações próprias de jovens originários da periferia pobre da cidade de Maceió, filhos da pobreza, com pouca escolaridade, na sua maioria desempregados e vivendo em situação de vulnerabilidade social. Para cerca de 70% deles tal situação permanece. Menos que um resultado tímido, o quadro provoca a reflexão sobre os efeitos do insucesso na busca por uma inserção produtiva para esses jovens, visto que prevalece a crença – ideológica, no sentido de falseamento da realidade – na problemática individual do desemprego.

Quanto ao tipo de inserção viabilizada pelas entidades investigadas, a situação foi a seguinte: 25% foram inseridos no mercado formal de trabalho; 19% alcançaram ocupação como estagiários; 56% iniciaram alguma forma alternativa geradora de renda.

Com base nesses resultados, duas interpretações se colocam em disputa. A primeira, oficial, é a que considera o estágio como atividade produtiva formalizada, conforme indica a Portaria nº 991/2008 (BRASIL, 2008). Assim, as entidades A, B e C teriam alcançado um índice de 54% de jovens inseridos com alguma garantia de direitos sociais e trabalhistas. A segunda, ao contrário, identifica o estágio como uma prática precária, cujos supostos direitos materializam-se, de fato, como uma relação de trabalho em que a exploração material se exacerba: não há garantia de emprego e permite ao contratante a isenção de encargos sociais.

Os estudos de Souza (2014) sobre a prática do estágio ajudam a fundamentar esta segunda interpretação; o autor provoca a pensá-la como expressão do “fetiche da prática”, de modo que o estágio se perverte em “experiência de trabalho precário”. Embora a pesquisa de Souza (2014) aborde a realidade do ensino técnico na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, suas reflexões podem ser estendidas à realidade identificada na experiência do Projovem analisada, visto que, no Programa,

[se] considera a prática profissional na empresa uma experiência superior à formação escolar e imprescindível à validação do conhecimento apropriado no ambiente escolar, independente das condições precárias em que a experiência de estágio se dá. Nessa perspectiva, os diversos problemas referentes ao estágio [...] não são considerados e, portanto, não solucionados, justamente por predominar a crença de que tal experiência é sempre positiva. Nestas condições, o empresariado encontra campo fértil para empregar força de trabalho jovem, minimamente qualificada, a baixo custo e em caráter temporário, sem qualquer compromisso com a formação desses jovens e, pior, com o consentimento ativo de alunos estagiários, docentes e gestores escolares (SOUZA, 2014, s.p.).

Assim, reconhecido o estágio como ocupação precarizada, 75% dos alunos do Projovem Maceió foram inseridos em ocupações com pouca ou nenhuma garantia social ou trabalhista, seja na forma de estágio, seja em formas alternativas e autônomas de renda.

Diante disso, considerando as evidências relativas à inserção profissional, é possível afirmar que a investigação revelou que o ProJovem Trabalhador em Maceió, entre os anos de 2008 e 2011, promoveu “[...] uma inclusão cada vez mais degradada [na qual] se multiplicam as formas precárias de trabalho, muitas vezes sob a denominação de ‘trabalho autônomo’, gestor do próprio negócio ou empreendedorismo” (FRIGOTTO, 2010b, p. 427), contribuindo, dessa forma, para a manutenção da situação de vulnerabilidade social de uma legião de jovens.

A qualificação promovida pelo ProJovem Trabalhador: formação humana reduzida aos desígnios do mercado

Do ponto de vista pedagógico, os cursos afetos ao ProJovem Trabalhador seguem a metodologia dos arcos ocupacionais, os quais

[...] abrangem as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio e prestação de serviço), garantindo assim um maior campo de atuação, visando aumentar as possibilidades de inserção ocupacional dos jovens (BRASIL, 2008, p. 27).

Na experiência analisada, entre 2008 e 2011 as entidades executoras do Programa em Maceió desenvolveram cursos de qualificação profissional afetos a 11 arcos ocupacionais: Administração; Agro Extrativismo; Alimentação; Arte e Cultura; Beleza e Estética; Construção e Reparos; Esporte e Lazer; Joalheria; Serviços Domiciliares; Serviços Pessoais; Turismo e Hospitalidade; Vestuário. Para a organização dos cursos, foi seguida a determinação da Portaria nº 991/2008 quanto à carga horária e à organização curricular. Assim, cada curso previu uma carga horária de 350 horas/aula, divididas entre 100 horas/aula de Qualificação Social e 250 horas/aula de Qualificação Profissional (BRASIL, 2008).

A distribuição da carga horária do item “Qualificação Social” obedeceu ao seguinte: inclusão digital em laboratório com acesso à internet – 40 horas/aula; Valores humanos, ética e cidadania – 10 horas/aula; Educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida – 10 horas/aula; Noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho – 20 horas/aula; Empreendedorismo – 20 horas/aula (BRASIL, 2008, p. 27-28). As entidades executoras A, B e C incluíram questões básicas de Português e Matemática articuladas aos conteúdos da “Qualificação Social”. Quanto ao item “Qualificação Profissional”, cada curso previu um rol de disciplinas afetas ao arco ocupacional do curso, com base em material pedagógico fornecido pelo Programa. Segundo os relatórios das entidades executoras e depoimentos de professores/instrutores e coordenadores pedagógicos entrevistados, as disciplinas desse item foram desenvolvidas em forma de oficinas e aulas que abordaram conteúdos teóricos e práticos, relativos ao arco ocupacional, sempre na perspectiva do mercado, além de

atividades denominadas de “ação social voluntária”, de modo a incentivar a prestação de serviços voluntários e sociais pelos jovens atendidos no Programa.

Todas as entidades executoras tinham Projeto Político Pedagógico (PPP), independentemente da participação da equipe pedagógica e docente. Tal PPP, elaborado à luz da Portaria nº 991/2008 do MTE, foi utilizado pelos professores como um norte para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, com certa flexibilidade e autonomia quanto ao uso de livros e outros materiais que pudessem contribuir com a formação dos jovens cursistas, na perspectiva de realizar os objetivos da política. Alguns depoimentos exemplificam esse processo: “Nós seguíamos todo roteiro do livro, do material que era dado a gente, nós passávamos todos aqueles conteúdos. Além do conteúdo dos livros, nós levamos palestras para o Lar” (COORD C); “Na verdade, eu não me baseei só na apostila de lá, não. [...] não somente me detive ao que tinha na apostila, que era muito pobre, precária, o que tinha lá era muito resumido (PROF B).

Apesar de ser prevista maior carga horária para o item “Qualificação Profissional”, os três segmentos entrevistados destacaram muito mais aspectos atinentes à “Qualificação Social”, com forte presença de conteúdos relativos a questões comportamentais. Algumas respostas à indagação sobre os conteúdos dos cursos ilustram a questão: “Todos [os conteúdos] foram relevantes, mas eu destacaria, nesse momento, a própria parte relacionada a como eles estariam se comportando na empresa” (PROF C); “Então, eu sempre começo por essa questão da formação do mercado de trabalho, quando eles virem atuar, o que é que o mercado de trabalho espera deles” (PROF A); “Eles ensinaram a ética [...], hoje eu sou muito mais reconhecida por conta do Projovem” (JOVEM 2).

Então havia propostas relacionadas à cidadania, ética, valores, temas que até então, eles não tinham conhecimento. Direitos e deveres do cidadão, eles passavam a ser sabedores dos seus deveres e seus direitos. [...] tudo isso favoreceu, sim, para um bom desempenho desse aluno, em torná-lo um cidadão ético (PROF C).

Eles ensinaram a ética, como ter uma boa aparência, como falar bem em público, como ser um bom vendedor, uma boa recepcionista, tanto é que eles faziam palestras e tudo para a gente treinar ao vivo, na frente dos colegas. Não era só aula. [...] tudo que eles nos passaram, nós fizemos nas entrevistas, então tudo que eu aprendi foi lá [no curso do Projovem] (JOVEM A2).

Diversos foram os depoimentos nessa direção, indicando que a “Qualificação Social”, além de restrita e limitada em relação ao “estoque de saberes” (RAMOS, 2002, p. 401), passou a valorizar a questão dos comportamentos que poderiam contribuir ou com o processo de adaptação dos trabalhadores ao mundo do trabalho formal, ou com a formação do trabalhador autônomo, empreendedor; de um modo ou de outro, prevaleceu a perspectiva do mercado.

Mesmo os conteúdos de caráter técnico careciam de base sólida para sua apreensão e seus objetivos foram elaborados por competências pessoais, tendo como referência as descrições da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), segundo o documento intitulado “Termo de Referência do ProJovem Trabalhador” (BRASIL, 2008d).

Identificou-se, a partir das fontes e dos depoimentos analisados, “[...] apropriações apressadas e limitadas”, típicas da noção de competências, que “[...] podem reduzir a educação profissional a práticas voltadas para formações restritas, [...] que aproximem a educação das tendências produtivas” (RAMOS, 2002, p. 403). Alguns depoimentos prestados nas entrevistas sobre os conteúdos afetos à “Qualificação Profissional” podem ilustrar este aspecto:

A aula de informática foi pouco tempo, foi uma semana só e não deu para aprender. Não tenho mais o que falar! [...] Montagem de mesa, atendimento, a gente foi conhecendo vinhos que nem tínhamos noção, como servir o cliente, teve muita coisa boa que eles ensinaram [professores do curso ProJovem], forrar mesa, trocar toalha sem precisar tirar uma. Foi bom (JOVEM A1).

Foram diversos [conteúdos]. Foi sobre o direito do trabalhador, o manuseio dos alimentos. E no emprego que eu consegui, foi sobre alimentos e eu ouvi falar sobre câmara frigorífica, onde se congelavam os alimentos, embalagem a vácuo. Foi bastante coisa, a professora falou tudo e lá [no emprego] a gente conseguiu ver (JOVEM B4).

E as aulas eram bem práticas mesmo, não eram só teóricas, não era aquela de repetir a mesma coisa todo dia. Ela [a professora] colocava a gente para fazer mesmo e para mim, assim, era tudo ao vivo e a cores, então por isso ficou mais fácil de aprender. E as professoras eram bem dinâmicas, bem legais, falavam para que nós aprendêssemos mesmo, não ficavam só naquela teoria (JOVEM A2).

Teve também a formação de cabeleireiro [...] corte masculino e feminino, escova, tintura, química, que são áreas distintas, mas que são interligadas por conta que é cabelo e também teve a oportunidade de ter manicure e pedicure e de depilador. Então, foi um curso completo (PROF A1).

[...] os principais assuntos, além de mercado, eram: controles administrativos; como se trabalhar um livro-caixa; como se formular uma planilha; como se trabalhar com vendas; assim o que mais teve destaque dentro do arco de administração foram esses temas. O arco de Turismo foi distribuído no curso de pizzaiolo, garçom, camareira e auxiliar de cozinha. E aí cada curso se detinha mais ao seu tema, por exemplo, garçom e auxiliar de cozinha fizeram muitas visitas técnicas em restaurantes, eles se voltaram muito para a prática, o tema foi mais a prática. Serviços Pessoais englobou tudo: foi cabelo; unha; estética. [...] eles [alunos] dizem que, graças ao professor, [...] eles hoje conseguem ser um bom profissional (COORD A).

Eu achei legal a motivação deles [do ProJovem], assim, além de ter o curso, tinha a bolsa, eles davam passagem, alimentação para quem não tinha condições financeiras para se deslocar, pois eu morava um pouquinho longe, isso incentivou. E as aulas eram bem práticas mesmo, não eram só teóricas, não era aquela de repetir a mesma coisa todo dia. Ela [a professora] colocava a gente para fazer mesmo e para mim, assim, era tudo ao vivo e a cores, então por isso ficou

mais fácil de aprender. E as professoras eram bem dinâmicas, bem legais, falavam para que nós aprendêssemos mesmo, não ficavam só naquela teoria (JOVEM A2).

Os depoimentos indicam que os conteúdos constitutivos do item “Qualificação Profissional”, conforme esclarece Ramos (2002), partiram da análise do processo de organização do trabalho, objetivando a resolução de problemas a partir de ações práticas, segundo as necessidades do mercado de trabalho.

De acordo com estudos de Deluiz (2010) e Deluiz e Veloso (2012), as ações de formação orientadas pela noção de competências tendem a serem organizadas no formato de módulos e isso foi identificado no caso investigado. Esse tipo de organização, segundo os autores, segue as matrizes condutivista e funcionalista da aprendizagem. A respeito desse formato, implementado no ProJovem Trabalhador, Deluiz e Veloso (2012) afirmam que

[...] o formato modularizado dos conteúdos é, em geral, perpassado por uma concepção oriunda do modelo de competências com enfoque nas matrizes condutivista e funcionalista, em que os conteúdos da análise ocupacional são transpostos linearmente para o currículo e os processos de aprendizagem ficam submetidos aos comportamentos e desempenhos observáveis na ação. (DELUIZ; VELOSO, 2012, p. 71).

A superficialidade que marcou o trato pedagógico dos conteúdos de caráter profissionalizante ajuda a compreender o fato de que cerca de um quarto dos alunos inseridos no mercado de trabalho o foram em atividades não afetas ao arco ocupacional do curso frequentado, conforme se constatou a partir da análise dos dados fornecidos pelas entidades em seus relatórios de execução. Por exemplo: “*Estou trabalhando, mas não na área do curso que fiz do ProJovem. É em outra área diferente: Serviços gerais, limpeza. [Fiz] Administração, 2010, [...] mas eu gostei muito do curso*” (JOVEM B3).

Esta distância entre o curso frequentado e a ocupação alcançada sugere, no mínimo, três possibilidades interpretativas: a primeira, que a política de formação, materializada no ProJovem Trabalhador, não é, necessariamente, o principal elemento contributivo para a inserção dos jovens, considerando que cada arco ocupacional trabalha conteúdos específicos, relativos ao mesmo; a segunda, que a qualificação pode ter contribuído com uma gama de aprendizagens interiorizadas nas experiências vividas durante o curso, tendo sido capaz de oferecer conhecimentos básicos e genéricos aos jovens para atuarem em diversas áreas e ocupações profissionais; por fim, a terceira possibilidade sugere maior coerência com as evidências da análise dos conteúdos dos cursos: as tarefas relativas à ocupação alcançada pelos jovens inseridos são bastante simples e exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional prévia, bastando, para o desempenho das mesmas, um restrito estoque de saberes (RAMOS, 2002) e disposição para a aprendizagem a partir da ação (DELUIZ; VELOSO, 2012).

À guisa de conclusão sobre o sentido social do ProJovem Trabalhador em Maceió

O ProJovem Trabalhador tem uma finalidade institucional clara: qualificar os jovens para inseri-los no mercado de trabalho. Neste estudo, a preocupação foi identificar o sentido social do Programa, considerando um caso específico, a partir da ação de entidades executoras e de seus partícipes: professores/instrutores, coordenadores pedagógicos e jovens cursistas. No trato das fontes, três categorias emergiram como aquelas que poderiam enfrentar a problemática norteadora do estudo: forma de execução, inserção profissional e qualificação profissional. Nas reflexões finais, o esforço é fazer a síntese das evidências, reconhecendo que tal síntese é marcada pela provisoriedade e destinada a estimular debates, tanto pelas contribuições que o estudo pode ter trazido como pelas lacunas que certamente carrega.

No caso analisado, identificou-se significativa convergência nos argumentos acerca dos aspectos positivos citados pelos entrevistados – fossem coordenadores, professores e jovens – em relação aos efeitos experimentados pela política de formação materializada no ProJovem Trabalhador em Maceió. Tais argumentos podem ser assim sintetizados: predominância de assuntos relacionados à questão comportamental e às aulas práticas; organização e limpeza dos locais onde os cursos foram realizados; oportunidade oferecida às pessoas carentes de se prepararem para o mercado de trabalho; auxílio material oferecido aos jovens participantes, como a bolsa mensal de R\$ 100,00, o pagamento da passagem para quem residia a mais de um quilômetro e meio de distância do local do curso e o lanche fornecido diariamente. Alguns depoimentos são ilustrativos:

De início [o ProJovem] é um desafio: formar, conscientizar, preparar um jovem para o mercado de trabalho, mas, assim, foi muito bom. Sim, [as expectativas] foram atendidas (PROF A1).

Inicialmente, estávamos com aquela expectativa de que o público, primeiro, não tinha escolaridade suficiente para o mercado, mas com o passar do tempo, com a conclusão da demanda, nós vimos que a maioria já estava com o segundo grau, daí foi possível atender às expectativas, porque muitos voltaram a estudar, outros conseguiram o primeiro emprego, e aqueles que estavam sem a qualificação necessária para ter outra oportunidade de mudar, recebeu (COORD C).

Eu acho que esse Programa, além do objetivo que era inserir o jovem no mercado de trabalho, foi bom também porque muitos jovens não tinham nada para fazer no horário oposto ao que estudavam, então já é um incentivo à educação (JOVEM C6).

Então eu acho que se tivesse mais vezes [o ProJovem], se repetisse mais, ajudaria bastante. Melhor do que fazer viaduto! Porque você investindo em empregos as pessoas vão atrás, ocupam a mente. Os jovens ocupam a mente, saem mais das ruas, não fazem tanta coisa errada. Por que os jovens fazem coisa errada, por quê? Porque ficam com a mente desocupada (JOVEM A2).

Não obstante a continuidade da vida dos jovens em situação de vulnerabilidade, os sujeitos entrevistados sustentam a necessidade e o desejo de continuidade de ações no âmbito do Programa. Mas foi possível identificar elementos contraditórios – poucos e instigantes – nas interpretações dos sujeitos. Tais elementos estimulam a acreditar na possibilidade da problematização do perverso sentido social assumido por políticas públicas focalizadas e compensatórias, como é o ProJovem Trabalhador: “[...] *há muitos jovens qualificados para pouca oferta do mercado de trabalho*” (COORD C). Ou então, formulações mais provocativas e reveladoras, como a do Jovem B4: “*O lanche [era um aspecto negativo]. Não era ruim, mas repetia muito a mesma coisa. Tinha maçã, suco... agora, repetia muito pão com queijo. Enjoava*”.

Espera-se que o capítulo tenha evidenciado diferentes fundamentos e mecanismos da experiência do ProJovem Trabalhador analisada, que expressam a sua contraditória razão de ser: atenua riscos sociais, por meio da capacitação de jovens para o atendimento de exigências colocadas pelas mudanças no mundo do trabalho; ao mesmo tempo, desponta como esperança de tempos melhores para jovens que permanecem entregues à própria sorte, trilhando o percurso da vulnerabilidade social. Seria este o enjoativo “pão com queijo”, tomando-se a avaliação do Jovem B4 como metáfora?

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Aprova Termo de Referência e estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal, relativos ao ProJovem Trabalhador – Juventude Cidadã. Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 de nov. 2008d. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3F9B2012014064A8049533CFPortaria%20MTE%20n%C2%BA%20991%202008%20Atualizada%20Agosto%202013.pdf>> Acesso em: 27 dez. 2013.

BRASIL. Nota Técnica nº 02/2012 do MEC/SECADI / PROJOVEM URBANO. Equipe de Transição do ProJovem Urbano para o MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI/MEC. Brasília, 19 de janeiro de 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman> Acesso em 20 dez. 2013.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Presidência da República Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília, 1995.

<<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>
. Acesso em 03 nov. 2014.

CÊA, Georgia S. S. A qualificação profissional como instrumento de regulação social: do PLANFOR ao PNQ. In: _____. (Org.). **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990. Cascavel: Edunioeste, 2007, p. 187-226.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011**: juventude. 3. ed. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A333FE61F013341784DA03918/juventude.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo à teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEVES, Lúcia. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NOVAES, Regina Célia Reyes et al. (Org.). **Política Nacional de Juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude: Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2009.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança da educação mundial. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a12v33n121.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

SOUZA, José dos Santos. **Estágio supervisionado ou experiência de trabalho precário?**. Blog do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS). Nova Iguaçu (RJ): GTPS, 23 de maio de 2014. Disponível em: <<http://trabalhopoliticaesociedade.blogspot.com.br/2014/05/estagio-supervisionado-ou-experiencia.html>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

Enviado em 16/11/2017

Aprovado em 30/11/2017